

AINSLIE, D. 2015. *HUME'S TRUE SCEPTICISM*.
OXFORD: OXFORD UNIVERSITY PRESS.

Wendel de Holanda Pereira Campelo

IFES

wendel_filosofia@hotmail.com

O livro *Hume's True Scepticism* (2015) de Ainslie é a mais recente publicação de fôlego dedicada diretamente ao ceticismo do Livro I do *Tratado da Natureza Humana*. Basicamente, Ainslie oferece uma interpretação dos problemas ali suscitados na mesma esteira de obras importantes como *The Philosophy of David Hume* de Kemp Smith, *Hume's Skepticism in the 'Treatise of Human Nature'* (1985) e *A progress of sentiments: Reflections on Hume's Sentiments* (1991) de Baier. Eu poderia citar outros autores, mas essas três obras já sintetizam bem os principais temas discutidos por Ainslie ao longo de seu livro: [i] o naturalismo, [ii] o pirronismo e [iii] a dialética. É correto dizer que Ainslie se aproxima bastante tanto de uma interpretação pirrônica quanto de uma dialética do Livro I do *Tratado*, ao passo que se distancia de uma leitura naturalista (e do realismo derivado dela). Portanto, proponho aqui que *Hume's true scepticism* apresenta a tese de que Hume é um cético-dialético. É importante notar que Ainslie não apresenta Hume como um cético-dialético, preferindo frequentemente nomeá-lo como um “cético verdadeiro”.

O pano de fundo da leitura de Ainslie é basicamente este: Hume é cético radical com relação à possibilidade de justificação racional de crenças, à medida que os argumentos céticos minam qualquer tentativa de epistemicamente fundamentá-las. Dada essa condição desalentadora do papel epistemológico da filosofia em justificar crenças, o cético abre, então, um caminho propício à conciliação do filósofo com a vida ordinária. Consequentemente, também à possibilidade existencial de se reconciliar com sua própria natureza humana e com as crenças compartilhadas por outras pessoas. Além disso, purifica-se do dogmatismo da falsa filosofia, devotada à reflexão solitária, à obscuridade, que são também fonte de enfermidade e de melancolia. Em outras palavras, o ceticismo verdadeiro – ou filosofia verdadeira – é aquela que cede à condição humana, à revelia de qualquer tese filosófica oposta à vida ordinária.

Não obstante, a novidade de Ainslie é que seu livro *Hume's true scepticism* apresentará um caminho dialético para essa conclusão. Não irei levantar aqui objeções à

interpretação de Ainslie (embora tenha várias), mas apenas apresentarei alguns pontos que considero introdutórios para o melhor entendimento do seu livro; sem, no entanto, pretender esgotá-los totalmente.

O capítulo 1 apresenta uma discussão sobre o ceticismo quanto à razão, apontando a distinção entre o assentimento racional (não-humano) e o assentimento não-racional (humano). Este ponto é, sem dúvida, importante para entendermos a tese de que o ato de assentir é independente de qualquer justificação racional de crenças. Este ponto é resultado da avaliação de Hume sobre o “argumento da diminuição” apresentado na seção 1.4.1, à medida que nos fornece uma alternativa mais moderada frente às conclusões radicais do argumento cético. O argumento diz que a tentativa filosófica de corrigir a falibilidade cognitiva humana gera um regresso ao infinito, dado que as regras corretivas não estariam também imunes à essa mesma falibilidade. De acordo com Hume, ao longo da história de nossos processos cognitivos, é possível claramente constatar a experiência do erro e do engano aos quais até mesmo julgamentos matemáticos não estariam imunes. Disso resulta uma incerteza generalizada sobre todos os nossos julgamentos, ao gerar uma dúvida filosófica que tende a anular cada nova tentativa de correção desses julgamentos. Assim sendo, se a crença fosse meramente um ato racional, a reflexão nos levaria a uma suspensão total do juízo em face de nossa falibilidade cognitiva. Não obstante, para Hume, por mais sólido e consistente que seja o “argumento da diminuição”, seremos sempre incapazes de aceitá-lo seriamente. Em resumo, conclui-se que não precisamos do endosso reflexivo da razão para confiar em nossas crenças.

Os capítulos 2, 3 e 4 oferecem, todos eles, um exame do ceticismo quanto aos sentidos. Os capítulos 2 e 3 investigam a concepção do vulgo do mundo externo e descobrem que essa visão ingênua não é de ordem superior com relação às nossas percepções sensoriais, mas de uma imersão à crença imaginativa, isto é, à existência distinta e contínua dos objetos fora da mente. Em outras palavras, Ainslie nos apresenta o processo de formação da crença do vulgo em objetos. Além disso, o capítulo 4 apresenta que, segundo Hume, a partir de uma investigação introspectiva, os filósofos têm a opinião de que a crença ingênua num objeto independente da mente seria incontrovertidamente falsa, no sentido de que, de acordo com o exame filosófico, vulgo irrefletidamente confunde percepções internas com existências internas fora da mente. Esse argumento filosófico contra a crença ingênua nos corpos leva a uma segunda opinião sobre a existência dos objetos independentes da mente, isto é, à opinião filosófica de dupla existência:

representante (percepção) e representado (objeto). No entanto, de acordo com Ainslie, segundo Hume, as dúvidas filosóficas suscitadas sobre a crença ingênua nos corpos também atingirão o sistema filosófico de dupla existência. A conclusão de Hume sobre a crença nos objetos externos, apresentada nos dois últimos parágrafos da seção 1.4.2, é que nem a visão vulgar nem a filosófica (de dupla existência) estão justificadas de acordo com a reflexão filosófica. Consequentemente, é impossível sustentar por meio da filosofia a existência dos objetos independentes da mente, sendo um ponto que, de acordo com Hume, “devemos dar por admitido” (T 1.4.2.1, SBN 187) em todos os nossos raciocínios. Finalmente, a falsidade da crença do vulgo, decretada reflexivamente pela visão filosófica é, então, dissipada e cede definitivamente espaço à percepção não-filosófica e irrefletida do vulgo.

No capítulo 5, Ainslie aborda as críticas de Hume às doutrinas da substância, tanto a substância material quanto a substância imaterial. Esse capítulo contém também as discussões de Hume sobre a filosofia verdadeira e a falsa (que detalharei no próximo parágrafo). No capítulo 6, Ainslie examina a noção de Hume sobre o problema da consciência, levando em consideração novamente o tema da introspecção filosófica, no sentido de que não somos introspectivamente conscientes de que somos sujeitos de percepções, mas simplesmente descobrimos um feixe de ideias.

O capítulo 7 é propriamente onde Ainslie examinará as posições gerais das interpretações sobre a filosofia de Hume. Como disse anteriormente, Ainslie entende Hume como um cético-dialético. Com isso quero dizer que, para Ainslie, o ceticismo de Hume assume uma configuração a partir da progressão entre vulgo, a falsa filosofia e a verdadeira filosofia (sendo essa última a mais próxima da visão do próprio vulgo). Assim, Ainslie afirma que a posição de Hume é resultado do que os intérpretes, como Fogelin e Livingston, definem ser o próprio desenvolvimento de uma história natural da filosofia. Aliás, nesse contexto das interpretações dialéticas, Ainslie aponta a interpretação dialética de Baier como central para o entendimento do que ele chama de “ceticismo verdadeiro” de Hume. De acordo com Baier, Hume apresenta uma oposição cujo pano de fundo se dá entre uma visão puramente humana e o elitismo intelectual dos eruditos: os filósofos, devotados à sua filosofia de gabinete e apegados às suas ortodoxias escolares (racionalismo, ceticismo, etc). Nesse contexto, os filósofos estão alheios à vida comum, ao espírito público e às virtudes sociais. Consequentemente, a filosofia humana – a de Hume – seria aquela engajada na vida comum das pessoas em sua total completude. Nesse ponto, Ainslie nota que Baier traz consigo a interpretação dialética mais radical, uma vez que rejeitaria qualquer ortodoxia

filosófica atribuída a Hume. No entanto, embora Ainslie concorde que as pretensões de Hume sejam propriamente as mesmas dessa filosofia engajada descrita por Baier, apoiada no espírito público e nas virtudes sociais, ele acrescenta que é importante não rejeitar completamente o papel decisivo do ceticismo envolvido na dialética do *Tratado*. Por diferentes caminhos, muitos intérpretes do ceticismo de Hume notaram que a oposição entre crenças vulgares e argumentos céticos são incontrovertidamente incorrigíveis. No entanto, os dialéticos optam por uma compreensão desenvolvimentista da genuína posição filosófica de Hume, cuja conclusão em comum consiste na proeminência da visão vulgar – já filosoficamente examinada – sobre a concepção inteiramente filosófica reflexiva. Por um lado, é relevante notar que a chave de leitura dialética não consiste simplesmente em encontrar uma compatibilidade entre o naturalismo e o ceticismo de Hume: pelo contrário, embora saibamos das leituras compatibilistas que buscam sustentar uma consistência interna no texto humiano, rejeitando qualquer incompatibilidade entre o ceticismo teórico e as crenças ordinárias. Por outro lado, temos as interpretações dialéticas que consideram ainda as contradições reveladas ao longo do escrutínio de Hume sobre os princípios e operações da mente. Essas contradições fazem parte da dialética de Hume e só serão completamente superadas na seção que conclui o Livro I do *Tratado*.

O capítulo 8 oferece um novo exame de Hume sobre a identidade pessoal, levando em consideração as discussões sobre o “Apêndice” do *Tratado*, a partir de temas já suscitados no capítulo 6.

Sem sombra de dúvidas o livro *Hume's True Scepticism* é um dos livros mais instigantes já escritos sobre Hume. Ele desafia muitas leituras consagradas sobre o Livro I do *Tratado* e lhe oferece uma nova roupagem. Finalmente, é correto dizer que a abordagem de Ainslie fornece uma contribuição indispensável não só para os estudos de história da filosofia moderna, mas também para as recentes discussões em epistemologia, ceticismo e filosofia da mente.